

Grupo dos 32 pretende estender a anistia aos marinheiros expulsos

27 DEZ 1987

BRASÍLIA — Se depender da liderança do PMDB e do Grupo dos 32, capitaneado pelo senador José Richa (PMDB-PR), o plenário da Constituinte ampliará a anistia, incluindo no benefício os marinheiros e praças da Aeronáutica expulsos depois de 1964 com base em atos administrativos mas com motivação política. O *Centrão*, porém, quer manter o texto aprovado na Sistematização, embora alguns de seus coordenadores, como o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), admitam negociar a questão.

Curiosamente, o líder Mário Covas, o senador Richa e os conservadores que se agruparam no *Centrão* aliaram-se na Sistematização para rejeitar a emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que anistiava os marinheiros. Foi uma votação muito tensa, em que a cúpula do PMDB surpreendeu ao colocar-se contra uma das principais bandeiras históricas do partido.

Um dia antes, no domingo, Richa e Covas haviam obtido uma espetacular vitória política sobre o Palácio do Planalto, com a decisão da Sistematização que fixou em quatro anos o mandato do presidente Sarney. Na segunda-feira, os dois, com receio de que a aprovação da anistia pudesse ser interpretada como uma afronta aos ministros militares — agravando ainda mais a crise política aberta com a redução do mandato de Sarney —, preferiram votar contra a medida, jogando-a para o plenário da Constituinte.

Dia negro — Pagaram um elevado preço político pela manobra. Exasperados com o resultado, cerca de 300 marinheiros que ocupavam as galerias desceram até a porta do plenário. Ali, aos gritos de "traidor", quase agrediram Covas, que 45 dias antes submetera-se a uma delicada intervenção cirúrgica no coração. Horas mais tarde, o líder do PMDB reuniu os marujos numa assembléia nervosa, quando tentou explicar, sem muito sucesso, as razões táticas do seu voto. Na conversa, prometeu que faria o possível e o impossível para aprovar a anistia no plenário.

"Foi o nosso dia mais negro na Constituinte. Nesse tempo todo, nada nos incomodou tanto como o voto que demos contra a anistia aos marinheiros", diz um dos vice-líderes mais próximos de Covas, o gaúcho Antônio Brito. Ele lembra que, após os incidentes, reinava um profundo mal estar na liderança do PMDB, já que a posição adotada na Sistematização contrariara as convicções pessoais de todos os parlamentares do grupo de Covas. Firmou-se, então, o compromisso de encontrar uma solução para o caso dos marinheiros. "Afinal até hoje eles não foram atingidos pela anistia. É uma medida de justiça conceder-lhes o que os oficiais já tiveram", explica Brito.

O Ministério da Marinha resiste à anistia aos marinheiros alegando que é impossível distinguir no meio de dezenas de atos administrativos de expulsão quem foi afastado por motivos políticos ou por corrupção, por exemplo. Os militares cassados garantem que a alegação é apenas um pretexto para encobrir o revanchismo que, segundo eles, ainda existe no almirantado.

Fórmula — "Eles querem deixar claro que não há perdão para o marinheiro que se recusar a obedecer ordens dos altos oficiais, mesmo que elas façam parte de um golpe militar contra um presidente constitucional, como ocorreu em 1964", diz Avelino Capitani, na época um dos diretores da Associação dos Marinheiros, que hoje percorre corredores e gabinetes do Congresso buscando apoio para anistia. Para ele, é simples definir quais os atos administrativos de expulsão de praças da Marinha que tiveram motivação política. Todos eles foram seguidos pela abertura de processos na Justiça Militar contra os marinheiros, em que as peças de acusação deixam claro sua fundamentação política.

O deputado Ricardo Fiúza, do *Centrão*, acha que tecnicamente não é tão fácil separar o joio do trigo. "Estou aberto para o entendimento, mas, no caso dos marinheiros, temos de estudar uma fórmula, sem os emocionalismos da esquerda, para ver se isso é possível", diz.